



PROCESSO N.º 003/10

DELIBERAÇÃO N.º 003/10 – COMED/PGUÁ

APROVADA EM: 14 / Abril/ 2010

CÂMARAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ / ESTADO DO PARANÁ

ASSUNTO: Normas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico dos Estabelecimentos Municipais do Ensino Fundamental que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná.

CONSELHEIROS RELATORES: DANIELE APARECIDA FERREIRA E FABÍOLA SOARES

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2759/07, e tendo em vista o que consta na Portaria nº 001/10-COMED/Pguá, de 02 de março de 2010, das Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas.

LEMBRAR CONFORME SUBSEÇÃO III – DA VOTAÇÃO, EM SEU ART 95 – EMENDAS: SUPRESSIVAS, SUBSTITUTIVAS, ADITIVAS E DE REDAÇÃO

**D E L I B E R A:**

**CAPÍTULO I**

**DOS PRINCÍPIOS E DA ELABORAÇÃO**

Art. 1º – Os Projetos Político-Pedagógicos dos estabelecimentos de ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino serão elaborados contemplando os aspectos contidos na presente Deliberação.

Art. 2º – A elaboração do Projeto Político-Pedagógico dos Estabelecimentos de Ensino será coletiva, envolvendo todos os segmentos da Comunidade Escolar, pautada no princípio da Gestão Democrática.



Parágrafo Único – Entende-se por Comunidade Escolar: educandos, pais e profissionais da Educação (diretor, coordenação pedagógica, orientação

pedagógica, professor, secretário geral, assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais e outros).

Art. 3º – O Estabelecimento de Ensino elaborará um Projeto Político-Pedagógico único, que contemple todos os níveis e modalidades da Educação Básica oferecidas na Unidade Escolar, considerando também as especificidades das Escolas do Campo:

§ 1º – Serão consideradas as peculiaridades e a legislação específica para cada nível e modalidade da Educação Básica na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar.

§ 2º – Todos os níveis e modalidades ofertadas na Unidade Escolar terão a mesma concepção de educação.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA

Art. 4º – O Projeto Político-Pedagógico das Unidades Escolares será constituído pelos seguintes elementos:

- I. Justificativa com implicações legais;
- II. Ato Situacional - Análise da realidade – diagnóstico da escola e suas especificidades. Descreve e situa a escola no atual contexto da realidade brasileira, do estado e do município. Explicita e analisa criticamente problemas e necessidades da escola em relação ao ensino e aprendizagem, organização do tempo e espaço, relações de trabalho na escola, índices de evasão e reprovação, organização da hora-atividade e organização da prática pedagógica.
  - a) Histórico;
  - b) Localização;
  - c) Atos (de autorização e reconhecimento);
  - d) Distância (urbana, rural, ilhéus, indígena, itinerante, quilombos, de campo)
  - e) Site e e-mail da escola;
  - f) Organização Escolar



Modalidades de Ensino (ofertados pela escola)

Associação de Pais e Profissionais da Educação

- g) Grêmio Estudantil;
  - h) Conselho Escolar;
  - i) Números de turmas, educandos, professores, pedagogos, funcionários, diretor, salas de aula;
  - j) Turnos e horários de funcionamento;
  - k) Ambientes Pedagógicos (laboratórios, salas de contra-turno, salas de recurso, auditório);
  - l) Caracterização da comunidade em que a escola está inserida;
  - m) Organização da hora-atividade;
  - n) Inclusão dos educandos com necessidades especiais;
  - o) Organização do tempo escolar.
- III. Ato Conceitual – Explicita objetivamente e estabelece relações entre os fundamentos teóricos (concepção de homem, sociedade, educação, escola, conhecimento, avaliação, cidadão, cidadania, cultura, gestão democrática, currículo). Direcionamento dos instrumentos de gestão democrática. Intervenções na prática pedagógica (conteúdos – professor- educando- ensino e aprendizagem – avaliação metodológica da organização do trabalho pedagógico).
- a) Concepção de homem, de sociedade e de escola;
  - b) Concepção educacional do contexto em que a escola está inserida
  - c) Concepções filosófica e pedagógica
  - d) Princípios norteadores
  - e) Objetivos da escola
  - f) Organização Curricular
  - g) Matriz Curricular
  - h) Concepção de avaliação

Ato Operacional – Define linhas de ação e a reorganização do trabalho pedagógico escolar na perspectiva pedagógica administrativa, financeira e



político-social: Redimensionamento da gestão democrática (instâncias colegiadas), e ações relativas à formação continuada, especificidades curriculares, recuperação de conteúdos, avaliação institucional, prática docente e qualificação dos equipamentos pedagógicos.

- a) Avaliação;
- b) Intervenções Pedagógicas (salas de apoio, atendimento individual, monitoria, salas de recurso, contra-turno...);
- c) Projetos integrados ao Projeto Político-Pedagógico;
- d) Proposta de Recuperação de Estudos;
- e) Aceleração de Estudos;
- f) Proposta de Trabalho da escola para a articulação com a família e a comunidade;
- g) Parcerias;
- h) Formação continuada para professores e funcionários;
- i) Proposta com objetivos, metas, ações, cronograma, espaço, responsabilidade, parcerias; Proposta de acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico (periodicidade, instâncias envolvidas).

Art. 5º – A caracterização da Comunidade Escolar explicitará as condições de vida da comunidade atendida, suas necessidades e possibilidades.

Art. 6º – O Projeto Político-Pedagógico estabelecerá as concepções a partir das quais as ações da Unidade Escolar serão desenvolvidas:

I – na concepção de sociedade, será considerada a questão da inclusão social na qual o estabelecimento de ensino seja um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção étnica, de classe, gênero ou características pessoais ou de grupos, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada;

II – na concepção de educação estarão definidas as concepções de infância, adolescência, adulto e idoso, considerando-se as necessidades, diversidades e especificidades dos educandos a serem atendidos nas modalidades oferecidas na rede municipal de ensino;

III – na concepção de gestão, o princípio de gestão democrática é o que norteará o Projeto Político-Pedagógico de todos os Estabelecimentos de Ensino, que esclarecerá seus instrumentos:

- a) Conselho Escolar;

- b) Associação de Pais e Profissionais da Educação;
- c) Grêmio Estudantil;
- d) Formas de articulação entre escola-família-comunidade;
- e) Outros instrumentos que favoreçam o princípio de Gestão Democrática.

IV – a concepção de planejamento estará em conformidade com o princípio de gestão democrática, sendo este participativo e ocorrendo em todas as instâncias do Estabelecimento de Ensino:

- a) Projeto Político-Pedagógico;
- b) Proposta Curricular;
- c) Plano de Ação da Escola;
- d) Plano de Ensino;

V – a concepção de currículo estabelecerá a organização do tempo e do espaço do Estabelecimento de Ensino;

VI – na concepção de avaliação constará que esta é contínua, cumulativa, somatória, formativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos apresentando seus critérios e instrumentos.

VIII - o Projeto Político-Pedagógico estabelecerá os processos de avaliação nas seguintes esferas:

- a) avaliação institucional;
- b) avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Art. 7º – O regime de funcionamento apontará os dados reais dos Estabelecimentos de Ensino e indicará também as necessidades de expansão e melhorias em relação aos seguintes pontos:

- I – níveis e modalidades da Educação Básica oferecidas na Unidade Educacional;
- II – horário de funcionamento;
- III – número de turmas;
- IV – número de educandos por turma.

Art. 8º – Nas condições físicas e materiais, o Projeto Político-Pedagógico explicitará:

- I – Na sua caracterização, as condições reais do Estabelecimento de Ensino;



II – As suas necessidades para a implementação do Projeto Político-Pedagógico no que se refere a:

- a) Espaço adequado;
- b) Salas disponíveis compatíveis com a necessidade mínima de espaço adequado ao trabalho de qualidade;
- c) Condições de acessibilidade, conforme prevê a legislação;
- d) Equipamentos e tecnologia educacional necessários à efetivação do Projeto Político-Pedagógico;
- e) Materiais pedagógicos e de consumo necessários à efetivação do Projeto Político-Pedagógico.

Art. 9º – Em relação aos profissionais da Unidade Educacional, constará no Projeto Político-Pedagógico:

I – nível de escolaridade de todos os profissionais;

II – cargos e funções.

Parágrafo Único – O Projeto Político Pedagógico estabelecerá, de acordo com a concepção e a caracterização da formação inicial dos profissionais, o Plano de Formação Continuada do Estabelecimento de Ensino.

Art. 10 – O calendário escolar obedecerá à legislação federal e municipal no que se refere à oferta das horas e dias letivos e à organização das reuniões e atividades pedagógicas.

Art. 11 – O Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino definirá cada área do conhecimento na sua matriz curricular, os seus conteúdos, metodologia e avaliação.

§ 1º – Serão considerados os artigos 26, 27 e 28 da LDB.

§ 2º – Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral – SEMEDI- estabelecer diretrizes e viabilizar condições para que o Estabelecimento de Ensino cumpra sua Matriz Curricular.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 – Caberá à SEMEDI, no processo de elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Estabelecimentos de Ensino:



I – garantir Plano de Formação Continuada aos profissionais de Educação, tendo em vista os elementos constitutivos do Projeto Político-Pedagógico dos Estabelecimentos de Ensino;

II – estabelecer carga horária anual para a formação continuada destinada ao acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico;

III – prever no calendário escolar espaços/tempos para elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico nas horas-atividade, reuniões pedagógicas, grupos de estudo, conferências, seminários;

IV – garantir as condições físicas e materiais para funcionamento de grupos de estudo dentro dos Estabelecimentos de Ensino;

V – garantir as condições físicas e materiais para a efetiva participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar;

VI - estabelecer uma política de acompanhamento aos Estabelecimentos de Ensino, em seu processo de elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos;

VII – analisar, aprovar e emitir Ato Próprio de aprovação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Estabelecimentos de Ensino.

Art.13 – Os Projetos Políticos Pedagógicos dos Estabelecimentos de Ensino deverão reformulados anualmente.

§ 1º – As Unidades Escolares elaborarão cronograma de trabalho para reelaboração de seus Projetos Políticos Pedagógicos, estabelecendo as atividades que envolverão toda a Comunidade Escolar, constando em calendário escolar.

§ 2º – Anualmente, os Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares serão encaminhadas à SEMEDI, para emissão de Ato Próprio de aprovação.

Art. 14 – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Relação de Conselheiros que aprovam a proposta de Deliberação

Cons. Daniele Aparecida Ferreira ,Cons. Fabíola Soares, Cons. Franciele de Souza Martins, Cons. Tania do Rocio Rabij, Cons. Valmir Roberto Martins Junior,Cons.Cleina Mara A. Policarpo e Cons.Célia Regina Poplade dos Santos





PROCESSO N.º 003/10

PARECER Nº 003/10 - COMED

APROVADO EM: 14 / Abril /2010

CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS E DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ

ESTADO DO PARANÁ

ASSUNTO: Normas para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico dos Estabelecimentos Municipais do Ensino Fundamental que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná.

CONSELHEIROS RELATORES:

I-RELATÓRIO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/96, quando fala da Organização da Educação Nacional, em regime de colaboração com os respectivos sistemas de ensino define em seus artigos 12, 13 e 14, que os Estabelecimentos de Ensino terão a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica, bem como, informar aos pais ou responsáveis sobre a sua execução, definem como incumbência dos docentes a participação na elaboração da proposta pedagógica do Estabelecimento de Ensino e determinam que cabe aos sistemas de ensino definir as normas da gestão democrática, respeitado o princípio da participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola, e também, assegurando a participação da comunidade escolar, e local nos Conselhos Escolares.

Na Lei Complementar 69/07, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá em seu art. 32 diz:

“Os currículos, como parte do Projeto Pedagógico, em todos os níveis de ensino, respeitadas as idades próprias de cada nível, deverão promover o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais, sociais, culturais, políticas e religiosas, bem como, toda a variedade de conhecimentos e habilidades profissionais, respeitando o processo natural de crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente.”

II-VOTO DAS RELATORAS





As Relatorias votam no sentido de que estas normas norteiem os rumos da Educação em nosso município, garantindo os direitos e deveres básicos de cidadania, que o Projeto Político-Pedagógico visualize a escola como um todo em sua perspectiva estratégica não apenas em sua dimensão pedagógica, sendo uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

Pelo acima exposto, e tendo em vista a necessidade de normas próprias para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico de cada unidade escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental para o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, propomos as normas contidas na Deliberação em anexo.

É o Parecer

Conselheiras Danielle Aparecida Ferreira e Fabíola Soares